



CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

Aviso Nº ACORES-15-2021-06

PROGRAMA OPERACIONAL PARA OS AÇORES 2020

Eixo Prioritário 6

Ambiente e Eficiência dos Recursos.

Prioridade de Investimento 6.4

“Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes”.

Objetivo Específico 6.4.1

Promover o conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas.

Domínios de Intervenção

(85) – Proteção e promoção da biodiversidade, proteção da natureza e infraestruturas «verdes»

(86) - Proteção, restauração e utilização sustentável dos sítios da rede Natura 2000

Tipologia da Intervenção

(15) – Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas



Índice

Enquadramento	3
1. Objetivos	3
2. Beneficiários	4
3. Tipologia das operações	4
4. Definições	4
5. Âmbito Geográfico	4
6. Dotação financeira, taxa de cofinanciamento e natureza do financiamento	4
7. Modalidades e procedimento para apresentação de candidaturas	5
7.1. Documentos a apresentar com a candidatura	5
8. Critérios de elegibilidade dos beneficiários	6
9. Critérios de elegibilidade das operações	6
10. Elegibilidade das despesas	7
10.1 Despesas Elegíveis	7
10.2 Despesas não elegíveis	8
11. Seleção de candidaturas	9
12. Identificação dos resultados a alcançar	9
13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas	9
13.1 Análise	9
13.2 Decisão	9
14. Obrigações ou compromissos específicos dos beneficiários	11
15. Modalidades e os procedimentos de apresentação, análise e decisão dos pedidos de pagamento	11
16. Acompanhamento e controlo da execução das operações	12
17. Condições de alteração da operação	12
18. Contatos	12
Anexo 1 - Metodologia para a determinação do mérito dos projetos	13
Em ficheiros autónomos:	
Anexo 2 – Documentos de instrução da candidatura	
Anexo 3 - Declaração compromisso do beneficiário	
Anexo 4 - Declaração (artº 14 DL 159)	
Anexo 5 - Check-list verificação do cumprimento da legislação ambiental	
Anexo 6 - Chek-list igualdade entre H e M e igualdade de oportunidades e da não discriminação	
Anexo 7 - Declaração IVA	
Anexo 8 - Declaração não conclusão	

Enquadramento

Nos termos da Resolução do Conselho de Governo n.º 156/2014, de 6 de novembro, nomeadamente no que concerne às competências da Autoridade de Gestão do Programa Operacional para os Açores 2020 (PO Açores 2020) e do Regulamento de Acesso às Prioridades de Investimento do PO Açores 2020 financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Anexo à Resolução do Conselho de Governo n.º 30/2015, de 26 de fevereiro (doravante designado por Regulamento de Acesso), foi elaborado o presente aviso para apresentação de candidaturas (AAC), de acordo com n.ºs 1, 6 e 7 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

1. Objetivos

Num território com as características dos Açores, a proteção e a valorização da biodiversidade e dos recursos naturais constitui uma prioridade estratégica, para a sustentabilidade social, económica e ambiental do território.

A existência de ecossistemas de elevado interesse conservacionista, que prestam serviços fundamentais ao equilíbrio do ambiente insular, permite estruturar e promover de forma singular a Região, sendo fundamentais para a qualificação ambiental e paisagística e para a conservação da natureza (existência de valores naturais significativos ao nível nacional e internacional muitos deles incluídos no Plano Setorial da Rede Natura 2000 / Sistema Nacional de Áreas Classificadas).

Através do Regime Jurídico da Classificação, Gestão e Administração das Áreas Protegidas dos Açores, foram criados os Parques Naturais de Ilha que constituem a unidade de gestão de base da Rede Regional de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores.

O Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, transpõe para a ordem jurídica regional a Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, e a Diretiva n.º 2009/147/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativa à conservação das aves selvagens, e tem como objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação ou do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e da fauna selvagens num estado de conservação favorável, da proteção, gestão e controlo das espécies selvagens, e da regulamentação da sua exploração. Aquele objetivo é prosseguido tendo em conta as exigências ecológicas, económicas, sociais, culturais e científicas, bem como as particularidades locais e regionais.

O elevado valor patrimonial dos sítios naturais, raros, extremamente sensíveis e de alto valor ecológico, por isso classificados ao abrigo das diversas Convenções Internacionais e Diretivas Europeias obriga a um cuidado extremo na preservação e conservação da natureza.

A crescente procura das áreas protegidas enquanto espaços privilegiados de atividades e de lazer representa novas oportunidades de negócio relacionadas com essa fruição e, ao mesmo tempo, acrescenta responsabilidade aos poderes públicos e aos cidadãos em geral na gestão sustentável desses recursos.

A ilha de S. Jorge e as suas mais de sete dezenas de fajãs – pequenas planícies junto ao mar que tiveram

origem em desabamentos de terras ou lava - constituem um património natural e cultural único no contexto da Região e com enorme potencial de projeção no exterior e de geração de riqueza.

A recente classificação por parte da UNESCO das Fajãs de S. Jorge como Reserva da Biosfera, território que passa a integrar a Rede Mundial constitui, assim, uma oportunidade de afirmação à escala global, acrescentando valor aos produtos e serviços gerados na ilha de São Jorge.

Através deste Aviso, pretende-se apoiar a intervenção de recuperação e remodelação dos trilhos tradicionais na Fajã do Santo Cristo, integrada no Parque Natural de São Jorge e na Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, com a requalificação e a instalação de uma zona de apoio, acolhimento e descanso dos visitantes que percorrem os trilhos e acedem àquela fajã, com o objetivo de requalificar o património ambiental existente e organizar e coordenar a visita da fajã de forma a recuperar e preservar os habitats e ecossistemas bastante sensíveis, que têm sofrido fortes agressões antropogénicas nos últimos anos.

2. Beneficiários

A entidade beneficiária do presente convite é a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas - Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, organismo público com competências próprias na área temática da Conservação da Natureza, que inclui a gestão de áreas protegidas, de espécies e habitats da Rede Natura 2000.

3. Tipologia das operações

São elegíveis a cofinanciamento no âmbito do presente Aviso as seguintes tipologias de operação:

- a) Intervenção de contenção e prevenção dos riscos e ameaças sobre áreas sensíveis, valores naturais e ecossistemas;
- b) Ampliação e requalificação de trilhos pedestres, incluindo a sua valorização com sistemas tipo GeoCaching.

4. Definições

Ao presente Aviso aplicam-se as definições constantes no artigo 3º do Regulamento de Acesso.

5. Âmbito Geográfico

São elegíveis as operações localizadas na Região Autónoma dos Açores, prevalecendo a regra de elegibilidade territorial em função do local onde ocorrem as operações ou onde residam os seus beneficiários.

6. Dotação financeira, taxa de cofinanciamento e natureza do financiamento

A dotação indicativa do FEDER afeta ao presente Aviso é de 255.000,00€ (duzentos e cinquenta e cinco mil euros).

A taxa máxima de cofinanciamento do FEDER é de 85%, incidindo sobre o custo total elegível.

No âmbito do presente Aviso, a forma de financiamento reveste a natureza de subvenção não reembolsável.

7. Modalidades e procedimento para apresentação de candidaturas

A apresentação de candidaturas é feita através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt/>), instruída nos termos e condições fixadas no presente AAC.

Para o efeito, a entidade beneficiária deverá obter a acreditação prévia necessária no Balcão 2020, que constitui o ponto de acesso aos Programas Operacionais financiados pelos FEEI (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento) para todas as entidades que pretendam candidatar a financiamento os seus projetos.

Ao abrigo do presente AAC, a apresentação de candidaturas decorrerá em contínuo desde 8 de abril de 2021 até 25 de maio de 2021.

7.1. Documentos a apresentar com a candidatura

Além do formulário de candidatura e dos respetivos anexos, a candidatura deverá incluir:

7.1.1. Documentos Relativos ao Beneficiário:

- a) Enquadramento do beneficiário e da atividade a desenvolver em sede do IVA;
- b) Declaração em como a entidade beneficiária não incorre em qualquer dos impedimentos e condicionamentos previstos no artigo 14º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro.

7.1.2. Documentos Relativos à Operação:

- a) Justificação da necessidade e da oportunidade da realização da operação, incluindo a demonstração do alinhamento com os instrumentos de política pública regional em vigor para os domínios de intervenção aplicável;
- b) Descrição da operação a desenvolver, evidenciando o seu enquadramento nas tipologias de operação do presente AAC e caracterizando o conjunto das atividades, a sua articulação e coerência interna;
- c) Informação sobre os indicadores de realização e de resultado da operação;
- d) Fundamentação do contributo da operação para cada um dos Critérios de Seleção definidos no Anexo 1 do presente Aviso;
- e) Justificação do grau de maturidade da operação (indicação da fase atual do processo e calendarização das fases seguintes);
- f) Pareceres/Licenças e autorizações prévias à execução do investimento, quando aplicável, ou pedidos às entidades competentes quando os mesmos não foram ainda emitidos;
- g) Documentos comprovativos das fontes de financiamento da operação, nomeadamente a inscrição em Plano, Orçamento, Plano de Atividades ou do(s) documento(s) equivalente(s) aprovados;

- h) Documentos justificativos dos custos associados às componentes/rubricas do investimento (contratos, propostas aprovadas, orçamentos ou documento(s) equivalente(s)).

A candidatura deve ainda conter outra informação complementar que o proponente considere útil e pertinente, para a sua análise.

8. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

A entidade beneficiária abrangida pelo presente aviso deverá cumprir os critérios gerais previstos no artigo 8º do Regulamento de Acesso.

As condições de elegibilidade do beneficiário devem ser reportadas à data da candidatura, sendo admissível que as mesmas possam ser comprovadas no limite até à assinatura do “termo de aceitação”.

9. Critérios de elegibilidade das operações

9.1. Para além das condições previstas no artigo 6º do Regulamento de Acesso, as operações devem ainda cumprir os seguintes requisitos:

- a) Demonstrar a conformidade ao nível da Rede Regional de Áreas Protegidas, do Plano Setorial da Rede Natura 2000, do Plano Regional de Erradicação e Controlo de Espécies de Flora Invasora em Áreas Sensíveis e nos instrumentos de gestão territorial que se lhes aplicam, ou noutros documentos estratégicos da área da conservação da natureza;
- b) Cumpram as disposições legais regionais, nacionais e comunitárias em matéria de ambiente, nomeadamente as Diretivas Aves e *Habitats*;
- c) No caso de operações não promovidas diretamente ou em parceria pela Direção Regional do Ambiente, as mesmas devem obter parecer favorável daquele organismo, demonstrativo do cumprimento das condições previstas nas alíneas a) e b) do presente número, bem como da Direção Regional dos Assuntos do Mar, quando se localizem exclusivamente em águas marinhas;
- d) As operações decorrentes das tipologias de operação previstas no ponto 3. têm de demonstrar ter uma natureza estrutural, não recorrente, e deverão prever, quando aplicável, a instalação de sistemas de monitorização pós-projeto;
- e) Demonstrar um suficiente grau de maturidade da proposta apresentada, de acordo com o seguinte requisito mínimo: procedimento de contratação pública respeitante à principal componente do investimento autorizado;
- f) Demonstrar que se encontra assegurada a contrapartida do financiamento;
- g) No caso dos projetos geradores de receitas, demonstrem o cumprimento das normas comunitárias e nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro;
- h) Demonstrar o cumprimento dos normativos em matéria de contratação pública;
- i) Demonstrar o respeito pelas políticas comunitárias em matéria de igualdade de oportunidades,

ambiente e desenvolvimento sustentável. Como parte da promoção da não discriminação promovida pela União Europeia, cada candidatura deve comprometer-se evitar qualquer discriminação em razão do sexo, origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual. Em particular, as acessibilidades para pessoas com deficiência devem ser tidas em conta na elaboração e implementação do projeto.

9.2. Como princípio fundamental de implementação, as operações deverão favorecer a geração de benefícios em termos ambientais, mas também socioeconómicos.

10. Elegibilidade das despesas

10.1 Despesas Elegíveis

10.1.1 As elegibilidades das despesas estão previstas no artigo 11º do Regulamento de Acesso. Para efeitos da alínea c) do referido artigo, estabelece-se o seguinte:

- a) As despesas com a aquisição de terrenos e constituição de servidões indispensáveis à realização da operação, bem como eventuais indemnizações a arrendatários, são elegíveis até ao limite de 10% da despesa total elegível da operação, desde que, cumulativamente:
 - i. Seja demonstrado existir uma relação direta entre os terrenos e os objetivos da operação, só podendo ser utilizados em conformidade com os objetivos da operação em causa;
 - ii. Seja apresentada uma declaração de um avaliador independente e acreditado ou de um organismo oficial devidamente autorizado para o efeito, que certifique que o custo não excede o valor do mercado, que o bem está em conformidade com a legislação nacional ou, que especifique os pontos que, não estando conformes, devem ser retificados pelo beneficiário no âmbito da operação;
 - iii. O beneficiário comprove que nos sete anos precedentes, o terreno não foi objeto de ajuda de subvenções nacionais ou comunitárias.

Em caso de expropriação por utilidade pública, a base elegível é calculada com base no julgamento fixando o montante da compensação, com exceção da taxa de inscrição de hipoteca e honorários de advogados.

Os terrenos ou os edifícios devem ser mantidos na posse do beneficiário e afetos ao destino previsto, pelo período especificado na decisão de aprovação do cofinanciamento da operação e no termo de aceitação celebrado com o beneficiário.

- b) Para as operações relativas à conservação e proteção do ambiente, a Autoridade de Gestão, em casos devidamente justificados, pode considerar elegível uma percentagem mais elevada que a prevista, sendo necessário que cumulativamente estejam preenchidas as seguintes condições:
 - i. O terreno deve ser afetado ao destino previsto durante o período determinado na decisão;
 - ii. O destino do terreno não pode ser agrícola, exceto nos casos devidamente justificados

e aprovados pela Autoridade de Gestão;

- iii. A compra deve ser realizada por uma instituição pública, por um organismo regido pelo direito público ou por conta destes002E

10.2 Despesas não elegíveis

10.1.2 - No presente AAC não são elegíveis as despesas com:

- a) O IVA e outros impostos, contribuições ou taxas, nomeadamente impostos diretos e contribuições para a segurança social sobre as remunerações e salários, salvo se forem efetiva e definitivamente suportados pelo beneficiário. O IVA recuperável, por qualquer meio que seja, não pode ser considerado elegível, mesmo que não tenha sido ou não venha a ser efetivamente recuperado pelo beneficiário;
- b) As contribuições em espécie, quer sejam bens móveis ou imóveis ou trabalho não remunerado, salvo se estiverem preenchidas as condições previstas no nº 1 do artigo 69º do Regulamento (UE) nº 1303/2013 de 17 de dezembro;
- c) Os custos com amortizações, salvo se estiverem preenchidas as condições previstas no nº 2 do artigo 69º do Regulamento (UE) nº 1303/2013 de 17 de dezembro;
- d) As despesas com contratos efetuados através de intermediários ou consultores, em que o montante a pagar é expresso em percentagem do montante cofinanciado ou das despesas elegíveis da operação;
- e) Os encargos de operações financeiras, as comissões e perdas cambiais e outras despesas meramente financeiras. Exceção fazem-se os custos inerentes às diferentes modalidades de prestação de garantias, prestadas por bancos ou outras instituições, desde que estas sejam exigidas pela legislação nacional ou comunitária ou pela decisão da Comissão Europeia que aprova o PO, ou pela Autoridade de Gestão;
- f) As despesas com honorários de consultas jurídicas, despesas notariais e despesas de contabilidade e de auditoria. Exceção fazem-se as despesas diretamente ligadas à operação e necessárias à sua preparação ou execução ou, tratando-se de despesas de contabilidade e auditoria, as que estiverem relacionadas com exigências da Autoridade de Gestão;
- g) As despesas com multas, sanções financeiras e despesas com processos judiciais;
- h) A despesa paga em numerário ou compensação e quaisquer outros meios de pagamento que não a transferência bancária a partir de uma conta bancária cujo beneficiário é o titular, com exceção em que se revele ser este o meio de pagamento mais frequente, em função da natureza das despesas, e desde que num quantitativo unitário inferior a 250 euros;
- i) Transações ocorridas entre entidades participantes na operação;
- j) Os custos relacionados com a compra de equipamentos utilizados;
- k) Despesas com ações de manutenção e/ou gestão corrente.

10.1.3 Para além das despesas referidas no número anterior, não são objeto de apoio financeiro as despesas

que tenham sido realizadas sem o respeito pelas regras e princípios aplicáveis, designadamente no que se refere a contratação pública.

11. Seleção de candidaturas

Os projetos são selecionados através do indicador de Mérito do Projeto (MP), em função de critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do PO AÇORES 2020 tendo em conta os coeficientes de ponderação e a metodologia de cálculo apresentados no Anexo 1.

Os projetos são selecionados até ao limite orçamental definido no ponto 6. do AAC.

12. Identificação dos resultados a alcançar

Os projetos a apoiar devem identificar de forma clara os resultados a atingir, sendo objeto de contratualização com a Autoridade de Gestão.

13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

O processo de análise e decisão sobre as candidaturas apresentadas a financiamento do PO Açores 2020 é efetuado de acordo com o estabelecido no artigo 16º do Regulamento de Acesso.

13.1 Análise

- a) Verificação dos critérios de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como da elegibilidade das despesas, a qual será efetuada em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos nº 6º, 8º e 11º do citado Regulamento, conjugadas com as constantes dos pontos 8, 9 e 10 do AAC;
- b) Seleção das candidaturas admitidas através de uma análise de Mérito do Projeto, com base nos critérios de seleção e na metodologia aprovados pela Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional e constante do Anexo 1 ao Aviso;
- c) A comprovação da aplicação dos critérios de seleção consta do processo da análise e seleção da candidatura;
- d) Concluída a análise das candidaturas e antes de ser adotada a decisão final, os beneficiários são ouvidos no procedimento, nos termos legais, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

13.2 Decisão

A tomada de decisão sobre o financiamento é exercida pela Autoridade de Gestão, em conformidade com a análise e a seleção anteriores e após auscultação da respetiva Comissão de Seleção.

A decisão sobre as candidaturas pode ser favorável, desfavorável ou favorável, mas condicionada à satisfação de determinados requisitos.

Sobre a calendarização do processo de decisão, incluindo a data limite para a comunicação da decisão às entidades proponentes:

- a) A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida no prazo de 45 dias úteis a contar da

data da respetiva apresentação. O prazo referido suspende-se quando sejam solicitados ao beneficiário quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez, ou quando sejam solicitados pareceres externos independentes dos órgãos de governação do PO Açores 2020;

- b) Os beneficiários são ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos. Nos termos do nº 3 do Artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, a realização da audiência prévia referida no parágrafo anterior suspende a contagem do prazo fixado de 45 dias úteis para a adoção da decisão.
- c) Na eventualidade do beneficiário apresentar alegações em sede de audiência prévia a reapreciação da candidatura deverá ocorrer no prazo de 20 dias úteis;
- d) A decisão é notificada ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis a contar da data da sua emissão, e formalizada mediante o envio do “termo de aceitação”;
- e) No “termo de aceitação” constarão, nomeadamente e quando aplicável, os seguintes elementos:
 - i. Identificação do beneficiário;
 - ii. Identificação do PO, do fundo, do eixo, da prioridade de investimento, do objetivo específico, da tipologia da operação e dos códigos europeus correspondentes;
 - iii. Identificação da operação;
 - iv. Descrição sumária da operação;
 - v. Identificação dos resultados e das realizações contratualizadas;
 - vi. Plano financeiro, com discriminação das componentes/rubricas aprovadas e respetivos montantes;
 - vii. Datas de início e de conclusão da operação;
 - viii. Custo total, custo elegível, com justificação das diferenças entre o custo total e o custo elegível, se aplicável;
 - ix. Plano financeiro anual, com discriminação das componentes/rubricas aprovadas e respetivos montantes;
 - x. Montante anualizado do custo elegível da operação por fontes de financiamento, apoio público (comunitário e nacional), participação do beneficiário e as respetivas taxas de participação;
 - xi. A identificação das garantias ou condições exigidas para acautelar a boa execução da operação;
 - xii. Conta bancária do beneficiário afeta ao projeto, para efeitos de comprovativos da despesa paga e dos pagamentos comunitários recebidos;
 - xiii. Prazo para a assinatura e devolução do termo de aceitação.

- f) A aceitação do apoio é feita mediante assinatura de termo de aceitação ou submetida eletronicamente com a devida autenticação.
- g) A decisão de aprovação caduca caso não seja assinado ou submetido pelo beneficiário o “termo de aceitação”, no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da sua notificação, salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela Autoridade de Gestão.

14. Obrigações ou compromissos específicos dos beneficiários

Conforme artigo 14º do Regulamento de Acesso, as obrigações dos beneficiários são as que se encontram consagradas no nº 1 do artigo 24º do Decreto-Lei nº 159/2014 de 27 de outubro, sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação europeia ou nacional.

As entidades beneficiárias ficam ainda obrigadas a:

- a) Iniciar a execução da operação no prazo máximo de 120 dias após a assinatura do termo de aceitação;
- b) Cumprir o calendário de execução física e financeira, aprovado para a operação;
- c) Comunicar à Autoridade de Gestão qualquer alteração ou ocorrência que ponha em causa os pressupostos relativos à aprovação da operação;
- d) Respeitar as normas estabelecidas na legislação ambiental e nos programas e planos territoriais vigentes, quando aplicável;
- e) Quando justificável, realizar ações de divulgação junto dos potenciais utilizadores e do público em geral;
- f) Apresentar, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de conclusão da operação:
 - i. Pedido de Pagamento do Saldo Final da operação;
 - ii. Relatório final da operação, que deverá ser acompanhado de fotografias e outros elementos informativos, de natureza qualitativa e quantitativa;
 - iii. Auto de Receção Provisória e Conta Final da obra ou documento equivalente, que comprovem a sua conclusão, sempre que aplicável;
 - iv. Extratos contabilísticos que evidenciem o registo individualizado das despesas totais realizadas e das receitas obtidas no âmbito da operação, nos termos das obrigações contabilísticas a que cada entidade se encontra sujeita.

15. Modalidades e os procedimentos de apresentação, análise e decisão dos pedidos de pagamento

As modalidades e os procedimentos para apresentação de pedidos de pagamento obedecem ao estabelecido no artigo 17.º do Regulamento de Acesso, sendo que as especificidades relativas aos pedidos de pagamento estão consagradas na Orientação N.º 2/2015 - Formalização de pedidos de pagamento e análise da despesa (V. 2 agosto 2016) da Autoridade de Gestão.

16. Acompanhamento e controlo da execução das operações

Os apoios financeiros concedidos às operações aprovadas ficam sujeitos ao acompanhamento e da sua utilização, em conformidade com a decisão aprovada, nas suas componentes material, financeira e contabilística, de acordo com normas técnicas a definir pela Autoridade de Gestão.

As operações aprovadas e as entidades beneficiárias ficam sujeitas a ações de controlo e de auditoria a realizar pelas autoridades nacionais e comunitárias com competência em matéria de certificação, auditoria e controlo dos fundos comunitários atribuídos.

17. Condições de alteração da operação

As condições de alteração da operação aprovada, obedece ao estabelecido no artigo 18º do Regulamento de Acesso, sendo que em orientações técnicas de gestão, a Autoridade de Gestão poderá fixar elementos adicionais aos previstos.

18. Contatos

Pedidos de informação ou de esclarecimento devem ser dirigidos para:

Programa Operacional para os Açores 2020 – PO AÇORES 2020

Caminho do Meio, 58 – São Carlos – 9701-853 Angra do Heroísmo

Tel.: (+351) 295 206 380; Fax: (+351) 295 206 381

poacores2020@azores.gov.pt www.poacores2020.azores.gov.pt

Angra do Heroísmo, 7 de abril de 2021

O Gestor do Programa Operacional para os Açores 2020,

Nuno Melo Alves

Anexo 1

Metodologia para a determinação do mérito dos projetos

Os critérios de seleção para as operações candidatas às tipologias de investimento identificadas no ponto 3. do AAC relativas ao objetivo específico 6.4.1 - Promover o conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas (FEDER), são os seguintes:

- A. Eficácia** – mede o contributo da operação para as metas definidas para o Objetivo Específico, nomeadamente a melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e na proteção ou reabilitação da biodiversidade de habitats;
- B. Adequação à Estratégia Regional** – mede o grau de relevância/prioridade da intervenção no contexto dos instrumentos de política pública regional;
- C. Nível complementaridade** – mede o grau de articulação com os sistemas, equipamentos e infraestruturas existentes ou em fase de criação, bem como com ações apoiadas por outros Fundos ou outros PO.
- D. Valor acrescentado ambiental** – mede o grau de incorporação de medidas que contribuam para a adaptação às alterações climáticas, ou aumento da biodiversidade e economia verde, ou promoção de soluções inovadoras e uso das melhores práticas.

O Mérito dos Projetos (MP) é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares, atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, para cada um dos critérios, de acordo com a seguinte fórmula:

$$a) \quad MP = 0,4A + 0,3B + 0,1C + 0,2D$$

As candidaturas serão selecionadas com base numa avaliação de mérito absoluto e para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis os projetos que obtiverem uma pontuação final igual ou superior a 3,0 pontos.

Os critérios de seleção, constantes da fórmula de determinação do Mérito dos Projetos, serão pontuados com base na seguinte metodologia:

- 1 O critério A – mede o contributo da operação para as metas definidas para o Objetivo Específico, nomeadamente a melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça espécies e na proteção ou reabilitação da biodiversidade de habitats, do seguinte modo:
 - a) Operações que não melhorem o conhecimento e a proteção ou reabilitação da biodiversidade de espécies e habitats: 1 ponto;
 - b) Operações que aumentem o conhecimento e a proteção ou reabilitação da biodiversidade de 1 a 3 espécies ou habitats: 3 pontos;
 - c) Operações que aumentem o conhecimento e a proteção ou reabilitação da biodiversidade de mais de 3 espécies ou habitats: 5 pontos.
- 2 O critério B – mede o grau de relevância/prioridade da intervenção no contexto dos instrumentos de política pública regional, avaliado pela entidade responsável pela sua implementação, do seguinte

modo:

- a) Pouco relevante: 1 ponto;
- b) Relevante: 3 pontos;
- c) Muito relevante: 5 pontos.

3 O critério C – mede o grau de articulação com os sistemas, equipamentos e infraestruturas existentes ou em fase de criação, bem como com ações apoiadas por outros Fundos ou outros PO, do seguinte modo:

- a) Sem articulação: 1 ponto;
- b) Articulação com os sistemas, equipamentos e infraestruturas existentes ou em fase de criação – 3 pontos;
- c) Articulação com ações apoiadas por outros Fundos ou outros PO – 5 pontos.

4 O critério D – medido pelo grau de incorporação de medidas que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental, do seguinte modo:

- a) Sem incorporação de medidas: 1 ponto;
- b) Incorporação de 1 a 2 medidas – 3 pontos;
- c) Incorporação de mais de 2 medidas – 5 pontos.

Para efeitos de valoração do critério D, as medidas que contribuem para um maior valor acrescentado ambiental são as seguintes:

- Medidas de adaptação às alterações climáticas;
- Medidas para o aumento da biodiversidade e economia verde;
- Promoção de soluções inovadoras;
- Uso das melhores práticas ambientais;
- Ações educativas e sensibilização pública sobre a biodiversidade e rede natura 2000;
- Concursos públicos ecológicos (inclusão de critérios de adjudicação “amigos” do desenvolvimento sustentável).